

ATÍPICO É AQUELE QUE NÃO LÊ: O LIVRO MULTIFORMATO NO CONTEXTO DA ACESSIBILIDADE

ATYPICAL IS THE ONE WHO DOESN'T READ: THE MULTI-FORMAT BOOK IN THE CONTEXT OF ACCESSIBILITY

Delcio Antônio Agliardi

Doutor

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8682327120690831>

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7853-5262>

E-mail: daagliardi@ucs.br

Patrícia Giuriatti

Doutoranda.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1977865657606728>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8471-3101>

E-mail: pgiuriatti@ucs.br

Carla Beatris Valentini

Doutora.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5972722112132617>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0355-7712>

E-mail: cbvalen@ucs.br

Resumo: Este trabalho tem como objetivo refletir acerca da produção, difusão e recepção de livros literários ilustrados em multiformato, com ênfase na audiodescrição e pictogramas como elementos de acessibilidade que respondem a uma exigência político-pedagógica, ética e estética, na promoção de processos de inclusão e equidade para criança com deficiência e a criança autista. O referencial teórico-metodológico fundamenta-se na Teoria Histórico-Cultural, especialmente nos estudos de Vigotski (2021a, 2021b), na Filosofia da Linguagem de Bakhtin (2011), na literatura como um bem incompressível (Candido, 2011) e no acesso ao livro e à leitura (Lajolo e Zilberman, 1996). Expressamos as conclusões deste estudo a partir dos seguintes enunciados: todo ser humano é um ser de linguagem, não limitada à fala; a deficiência ou necessidade comunicativa complexa não inviabiliza a experiência de leitura literária; a insuficiente produção e a baixa circulação de livros literários em linguagem pictográfica e audiodescrição, configuram-se em barreiras à acessibilidade aos bens imateriais e culturais.

Palavras-chave: Livro literário multiformato. Linguagem pictográfica. Audiodescrição. Direito à leitura literária. Criança com deficiência. Acessibilidade.

Abstract: This study aims to reflect on the production, dissemination, and reception of multi-format illustrated literary books, with an emphasis on audio description and pictograms as accessibility elements that respond to political-pedagogical, ethical, and aesthetic demands in promoting inclusion and equity processes for children with disabilities and autistic children. The theoretical and methodological framework is grounded in Historical-Cultural Theory, especially in the studies of Vygotsky (2021a, 2021b), in Bakhtin's (2011) Philosophy of Language, in the conception of literature as an inalienable good (Candido, 2011), and in the right of access to books and reading (Lajolo & Zilberman, 1996). The conclusions of this study are expressed through the following statements: every human being is a being of language, and language is not limited to speech; disability or complex communicative needs do not preclude the experience of literary reading; the insufficient production and limited circulation of literary books in pictographic language and with audio description constitute barriers to accessibility to intangible and cultural goods.

Keywords: Multi-format literary book. Pictographic language. Audio description. Right to literary reading. Child with disability. Accessibility.

Introdução

Este texto procura responder a um desafio emergente em Humanidades no mundo contemporâneo: o acesso à experiência de leitura literária de livros em multiformato e acessibilidade destinados ao público infantil, em consonância com as recentes conquistas de direitos fundamentais de efetivação de políticas públicas inclusivas e de equidade na educação formal e não formal.

Nesse sentido, invocar a reflexão sobre a produção, difusão e recepção de livros literários ilustrados em multiformato e acessibilidade é uma exigência político-pedagógica, ética e estética, tendo em vista a garantia que os processos de inclusão demandam em diferentes contextos educativos.

Neste texto, daremos ênfase ao livro literário ilustrado que faz uso da Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), a partir dos pictogramas, e da Audiodescrição (AD), como elementos de acessibilidade para crianças autistas com necessidades complexas de comunicação e crianças com deficiência. A criança autista e a criança com deficiência têm o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento como qualquer outra. A elas, assim, devemos garantir o acesso ao texto literário e à experiência com o livro enquanto artefato estético e cultural. Comungamos com a defesa de Antonio Candido (2011), que considera a literatura como um bem incompressível, ou seja, aquilo que não deve ser negado a ninguém, estando, logo, na esfera das necessidades básicas, como o direito de comer, de dormir, de ter uma moradia. A partir desse ponto de vista, sua ausência priva a pessoa de meios essenciais para se expressar e estruturar seu pensamento, assim como para vivenciar a existência de modo mais pleno.

A presente produção emerge de reflexões teórico-metodológicas vinculadas ao Grupo de Pesquisas e Estudos em Geografia da Infância (GRUPEGI), o qual toma como argumentação central que a criança é um ser sociocultural e histórico, e ao Projeto Incluir (www.proincluir.org). Este, por exemplo, além de integrar pesquisas nos níveis de mestrado e doutorado em Educação, oferece um conjunto de recursos na *Web* para quem quer investir no potencial que todos têm para conviver e aprender juntos, desde o paradigma do modelo social de deficiência.

Sem a pretensão de esgotar as múltiplas possibilidades de compreensão da produção, circulação e apreciação do livro de literatura infantil multiformato, nosso propósito é refletir acerca do circuito literário¹ dirigido à criança com deficiência e à criança autista, concebidos como seres de linguagem e de direitos.

Referencial teórico-metodológico do estudo em construção

Buscamos, neste estudo, uma possível compreensão da criança com deficiência pelas lentes da Teoria Histórico-Cultural (THC), valendo-nos, principalmente, do legado teórico de Vigotski (2021a; 2021b) e de Bakhtin (2011). Tais referências contribuem para sustentar a concepção de que a criança autista e a criança com deficiência são seres de linguagem que [co]existem e [con]vivem de forma singular nos diferentes contextos educacionais, sejam eles escolares sejam não escolares.

Considerar a unidade vivencial entre o plano individual e o plano social é fundamental na perspectiva de Vigotski (2021b), uma vez que o coletivo (como plano social - o meio - pode ser compreendido como sendo as pessoas, os lugares ou os instrumentos da cultura) é visto como fator de formação para a criança com deficiência, considerando que o processo de desenvolvimento das funções psíquicas superiores “têm uma origem social, tanto na filogênese quanto na ontogênese” (Vigotski, 2021b, p.198). Quer dizer, tomar a vivência [perejivânie], como unidade de análise que expressa a relação entre a personalidade da criança e o meio, implica buscar compreender que as diversas vivências se explicam por diferentes compreensões do mundo, as quais dependem do nível e desenvolvimento do significado.

O arcabouço teórico construído por Bakhtin (2011) e Vigotski (2021a, 2021b) corroboram a compreensão de linguagem *para* e *no* ser humano, transcendendo o uso da fala como uma dimensão exclusiva da oralização da palavra. O ser humano fala *com* e *a partir* da sua corporeidade: fala com o olhar, com o sorriso e com o gesto, as palavras estão e são corporificadas no sujeito.

1 Compreendido como o processo de produção, circulação e apreciação do livro literário.

Somos um texto em um contexto, portanto, a autoria, enquanto ato ético e estético no mundo, ocorre sempre em articulação com o social influenciado pela dimensão cultural e histórica e, acréscimo nosso, geográfica, pois o espaço é também uma dimensão da vida humana. Desse modo, a diferença como uma qualidade, inerente ao ser humano, torna-se um valor de multiplicidade de linguagem, e não uma falta ou uma incapacidade gerada pela ausência de visão, de oralidade ou qualquer outra deficiência.

Valemo-nos do método genético instrumental, fundamentado na THC e, para a construção dos dados teóricos, elegemos a metodologia de natureza qualitativa de caráter bibliográfico, de forma a olharmos o ser humano na sua gênese para além dele próprio, compreendendo-o no movimento da vida e no entrelaçamento dos instrumentos da cultura.

Significa assumir que nos relacionamos com o mundo a partir de instrumentos culturais e instrumentos psicológicos (funções mentais superiores), concebendo a linguagem como um instrumento da cultura, a qual usamos para agir (meio) na fronteira com o outro. Somos seres sociais e, ao mesmo tempo, históricos e culturais, singulares em cada evento do [co]existir.

Na perspectiva da THC, os instrumentos culturais vão sendo incorporados à sociogênese, que transforma a ontogênese. Nesse sentido, o livro multiformato está no contexto do plano social da criança com deficiência e da criança autista, podendo o acesso da criança aos artefatos culturais gerar a neoformação humana no plano individual.

Na gênese do processo de recepção do texto literário, busca-se a compreensão da fronteira do enunciado (palavra contida em uma cadeia discursiva) e a enunciação (a palavra no movimento da vida), considerando que aprendemos a palavra contextualizada no fluxo do discurso que coloca em diálogo duas (ou mais) consciências. Nessa interação, a literatura pode exercer a condição de alteridade e de relação autor-leitor.

É preciso considerar que a criança com deficiência e a criança autista não têm a vida fixada ou aprisionada a um diagnóstico médico. É, assim como qualquer outra pessoa, um ser social, inacabado e em contínuo processo de constituição de si mesmo no mundo. No paradigma do modelo social (Bisol, Pegorini e Valentini, 2017; Gesser, Mello; Block, 2020), qualquer tipologia de deficiência pode ser vista como uma produção social, pois as barreiras e os obstáculos são construídos ou desconstruídos socialmente, ou seja, as desigualdades e os prejuízos enfrentados por pessoas com deficiência são um resultado direto da forma como a sociedade é organizada, que sistematicamente viola os direitos dessa minoria.

A criança autista, ou qualquer outra que tenha necessidade complexa de comunicação, é vista pelo modelo médico, geralmente pela perspectiva biológica que a classifica pela normatividade de seu corpo. Essa visão, condicionada pelo capacitismo, vê um corpo disfuncional e incapaz, marcado pelo estigma da falta, sobretudo das habilidades cognitivas. No entanto, é uma pessoa que se manifesta no mundo por intermédio do olhar, do gesto, do sorriso, e não apenas pela oralidade, o que pode ser uma barreira ao direito de acesso aos bens culturais, aos espaços de educação, de arte e de cultura.

De acordo com Nicolau *et al* (2025, p. 6), “compreender a deficiência a partir do modelo social implica reconhecer o autismo como uma construção social, gerada por desvantagens que impedem a plena vivência das pessoas autistas”. Nessa perspectiva, o autista é concebido como subalterno, exótico e diferente, sujeito a processos de colonização ao ser entendido como transtorno, e não como deficiência ou neurodivergência.

Ao propor o acesso da criança com deficiência e da criança autista ao livro literário ilustrado em multiformato, ressaltamos que o direito à literatura é um bem incompressível (Candido, 2011). Por isso, o livro literário ilustrado, enquanto instrumento cultural, deve estar acessível no contexto de produção e circulação para que a apreciação estética da narrativa literária possa ser um acontecimento na vida de pessoas historicamente segregadas e excluídas socialmente.

Ausências e conquistas históricas do direito da criança autista e da criança com deficiência: a leitura do livro literário ilustrado em multiformato e acessibilidade

No Brasil, o acesso ao livro e à leitura é uma conquista recente, uma vez que, até o século XIX, o país era um território sem livros e sem uma política de leitura (Lajolo e Zilberman, 1996). Nessa época, faltavam as condições para a produção e circulação de livros para todos: ausência de editoras, de gráficas, de bibliotecas, de mediadores de leitura.

No momento histórico atual em que a população com deficiência e autista passou a ter direitos de acesso, permanência e aprendizagem reconhecidos juridicamente no campo da educação, observamos um crescente e emergente desafio em Humanidades: o acesso à experiência de leitura literária em multiformato e acessibilidade.

Com efeito, a política pública de inclusão e acessibilidade só terá valor pleno quando não mais existirem barreiras físicas, comunicativas, atitudinais, ou de qualquer outra natureza, a impedir ou dificultar o acesso à produção e circulação das manifestações artístico-culturais para pessoas atípicas. Nesse sentido, aliado à acessibilidade, o livro de literatura ilustrado se torna um artefato cultural que a criança com deficiência e a criança autista têm direito a usufruírem desde a mais tenra idade, de modo que elas possam desfrutar do prazer do livro e da leitura que surge noutros formatos.

A política pública do livro acessível está prevista no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD, 2017) e Programa Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE, 1997) assegurando a todos os estudantes, matriculados na educação básica, o acesso a livros em multiformatos.

O texto impresso com audiodescrição ou com pictogramas é um acontecimento histórico recente no Brasil. Tal conquista ocorreu somente a partir da publicação da Lei da Acessibilidade (Brasil, 2000), a qual garante aos deficientes amplo acesso às atividades públicas e privadas, direito de todo o cidadão já assegurado pela Constituição do país. Assim, foi possível avançar, ainda que de forma lenta, nas providências de inclusão da AD² e de pictogramas em textos literários.

De acordo com o texto do capítulo 7º da Lei da Acessibilidade:

O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer. (BRASIL, 2000, n.p.).

Portanto, a audiodescrição ou o uso de pictogramas é um direito legal a ser efetivado mediante a produção e circulação de obras literárias ilustradas para crianças que considerem também o público infantil atípico. A técnica de leitura e tradução de imagens são conhecidas como audiodescrição, que recebe diferentes interpretações: é um produto de tradução; é um serviço a favor da pessoa com deficiência; é um recurso de acessibilidade; é uma tecnologia assistiva.

Nesse universo, inclui-se a Comunicação Aumentativa Alternativa (CAA) como um campo multidisciplinar dedicado a viabilizar as interações de pessoas com necessidades comunicativas complexas. Para isso, a CAA emprega uma gama de recursos, como gestos manuais, símbolos gráficos e sistemas assistidos de voz que podem ser usados de forma temporária ou permanente para suprir ou apoiar expressões que a fala, por si só, não consegue transmitir, seja por ser ininteligível, não funcional, seja por ser inexistente. Considera-se comunicação alternativa quando um indivíduo não dispõe de nenhuma outra forma de se expressar. Já a comunicação é ampliada quando, mesmo possuindo alguma habilidade comunicativa, ela não é suficiente para atender às suas necessidades de troca social (Rocha, Pletsch, 2018; Nunes, Barbosa, Nunes, 2021).

O marco histórico da acessibilidade possibilitou que o livro de literatura ilustrado com

2 A sigla AD significa audiodescrição.

audiodescrição despertasse o interesse da produção editorial nacional, bem como de obras interativas em HTML. Na final da década de 1990, surgia nos Estados Unidos o livro com recursos de audiodescrição. No entanto, no Brasil, somente no ano de 2011, foi publicado o primeiro livro de literatura ilustrado com audiodescrição. Trata-se da obra *Simplemente Diferente*, de autoria de Mônica Picavêa (Editora J. J. Carol), dirigido às crianças com deficiência visual. O texto do livro tem 48 páginas no formato coletânea de histórias rimadas a respeito dos modos de ver o mundo de pessoas com deficiência. A publicação trazia um CD (*Compact Disc*), recurso de armazenamento de dados comum da época, para facilitar a acessibilidade.

Nossos estudos indicam que a produção e a circulação de obras literárias ilustradas e com audiodescrição estão cada vez mais presentes no mercado editorial, embora seja tímido esse crescimento diante da carência nacional de acervo literário de qualidade destinado à população com deficiência. Ao considerar a relevância da ilustração na constituição desse gênero, a análise da produção e circulação de obras com audiodescrições em meio semiótico diferente do visual pode ser um caminho para traçar novas diretrizes para a produção de AD em materiais voltados para crianças.

Esse universo da acessibilidade na produção literária para a infância é um problema que está presente nos estudos e pesquisas de universidades brasileiras, inclusive em projetos que materializam a produção e a circulação de obras literárias em multiformato. Uma referência desse trabalho é o *projeto Multi*, situado na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), criado em 2016, com o propósito de criar livros em multiformato. Nele, encontramos um acervo disponível em formato digital, tanto em audiodescrição como em comunicação aumentativa e alternativa. Os livros físicos desse projeto são distribuídos de forma gratuita apenas para instituições públicas.

Embora pudemos acessar às obras no formato digital, entendemos que a vivência com a materialidade do livro altera a experiência de leitura. Como há escassez de oferta e alta demanda, o acesso dessas crianças é dificultado. As compras de livros em multiformato com o uso de pictogramas pelos editais do PNLD são insuficientes para responder às crescentes demandas de acesso e acessibilidade à leitura literária pela criança autista ou com necessidade comunicativa complexa.

Cumprir dizer que as barreiras sociais, históricas e culturais vivenciadas pela criança autista são ainda maiores e excludentes, se comparadas com as crianças com deficiência, uma vez que a primeira é subjugada pela condição de “não falar”, como se a ausência de oralidade correspondesse à ausência de pensamento, de emoção e, conseqüentemente, de capacidade de ler.

O direito à literatura no contexto da acessibilidade

Encontramos na obra de Candido (2011) um verdadeiro manifesto em defesa do direito à literatura. Para ele, ler é um direito incompressível, isto é, aquilo que não deve ser negado a ninguém, pois está na esfera das necessidades básicas, assim como comer, dormir, ter uma casa e um lar. De acordo com Candido (2011, p. 172), “quem acredita nos direitos humanos procura transformar a possibilidade teórica em realidade, empenhando-se em fazer coincidir uma com a outra”.

Sendo então um direito humano, Candido (2011) nos convida a refletir sobre o que definimos como algo indispensável para a vida e o viver em cada tempo-espço histórico em que a vida humana acontece. Defendemos que o acesso à literatura é algo que transversaliza o espaço-tempo da vida humana sendo um dos artefatos da cultura com relevância de humanização.

Quando um bebê chega ao mundo, é recebido pela voz de seus familiares, a mesma voz que escutada desde o ventre materno. A voz, assim, é o primeiro instrumento construtor de vínculo afetivo e de relação com o outro. As vozes são melodia e poesia para os bebês, repercutem em ritmos para construção de espaços e ambientes seguros. Todas as vozes que circundam essa relação com os bebês e, posteriormente, com as crianças, nos importam: as vozes que ecoam ainda dentro da barriga; as vozes que narram a vida; as vozes cadenciadas pelas cantigas de ninar; as que contam histórias do passado; as que inventam uma narrativa imagética; as que nomeiam as ações e coisas

do cotidiano e as vozes daqueles que leem para as crianças.

Os livros literários, como artefatos nesse contexto, evidenciam-se como culturais, produtos feitos pela artesanaria e imaginação do ser humano. Os livros, as fotografias, as imagens, os brinquedos, as pelúcias, os objetos de apego reverberam para as crianças as narrativas e leituras de mundo. Por isso nomeamos o livro literário ilustrado em multiformato e acessibilidade como um artefato cultural, uma vez que tal objeto é feito pela mão do ser humano, além de fornecer informações sobre a cultura do seu criador e usuários. Assim, o acesso ao livro literário, impregnado de simbologias e subjetividades que atravessam as múltiplas linguagens, tanto expressivas como artísticas, é um direito de qualquer ser humano.

Trazemos aqui o discurso presente no texto do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e suas atualizações, da legislação nacional da educação (LDB/1996) e de outros documentos que afirmam a doutrina da garantia de direitos. No Estatuto da Criança e do Adolescente, encontramos ecos para pensarmos o direito à educação, à liberdade, à dignidade, ao lazer, à cultura e tantos outros direitos, citados no texto dessa Lei os quais visam o desenvolvimento integral de crianças. Na LDB, destacamos o texto do artigo 1º que diz:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, e nas manifestações culturais. (Brasil, 1996).

No Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (Mec, 2016), encontramos subsídios para pensar a formação dos profissionais da educação em relação ao fortalecimento e desenvolvimento da linguagem oral, da leitura e da escrita para as crianças de quatro a cinco anos, a partir do fomento de prática de leitura literária. Contudo, os livros multiformatos e acessibilidade ainda estão invisibilizados no cenário formativo docente. Tal perspectiva tensiona o lugar em que a criança com deficiência é colocada no contexto macro da educação, bem como a produção de obras em multiformato, como dito anteriormente, escassa e incipiente.

A produção, circulação e apreciação de livros de literatura em multiformato para crianças com deficiência e crianças autistas

A leitura é uma das maiores conquistas da humanidade, sobretudo quando ela passa a ser oportunizada à população em geral. No entanto, a experiência de leitura literária ainda não é acessível a todos.

A produção do livro de literatura multiformato vem sendo tratada com maior intensidade na esfera acadêmica no contexto de estudos e pesquisas. Contudo, configura-se em um desafio para o mercado editorial em virtude dos fatores que incidem nos custos de produção e desafiam o acesso. É preciso considerar ainda que um livro de valor literário deve contemplar três sistemas narrativos: o texto, a imagem e o projeto gráfico. Para torná-lo acessível, são requeridos recursos e serviços que elevam os custos de produção. Apesar disso, observa-se um movimento e interesse na produção de tais obras com editoras independentes, ou seja, pequenas empresas que mantêm uma relação e proximidade com os escritores.

Do ponto de vista da circulação do livro literário, a escola é a principal instituição promotora da experiência de ler por meio de diferentes ações, desde o projeto de mediação de leitura a feiras do livro na própria instituição. A realidade da e na educação básica acerca do acesso ao livro literário ilustrado se dá em paralelo com as questões da educação especial no contexto da educação inclusiva. A circulação do livro literário ilustrado em multiformato tem potencial para ser intensificada ou ampliada, na medida em que os agentes mediadores da leitura pensam o acesso ao livro pela criança com deficiência e das crianças atípicas.

O livro literário ilustrado em multiformato somente será produzido em larga escala se for demandado pela sociedade. Na medida em que a criança com deficiência e criança autista não são concebidas como leitoras, deixa-se de consumir esse artefato da cultura.

Outro agente facilitador do acesso ao livro é a família. As famílias atípicas por vezes estão

imersas em um universo de necessidades amplas e complexas. As demandas terapêuticas são intensas e a rotina exaustiva, seja para a criança seja para o adulto cuidador. Tal comportamento social coloca o encontro com a leitura literária em um lugar subjugado frente à utilidade das coisas a serem apreendidas. Na luta por tornar acessível as coisas do mundo, é comum esquecermos a utilidade do inútil (Ordine, 2016), isto é, uma ética não utilitarista, é útil porque contribui para a evolução espiritual, para o aprofundamento dos valores humanísticos que sustentam uma sociedade. A literatura é esse “inútil” que guarda em seu íntimo a possibilidade de efetivar a subjetividade para cada um e qualquer um. As crianças com deficiência e autistas têm direito à literatura. Assim, a partir da narrativa ficcional, poderá acessar outros mundos.

Inspirados pela obra “Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres”, de Clarice Lispector, assumimos que não controlamos a aprendizagem do outro. Não saberemos ao certo o que elas irão aprender e quando irão aprender algo a partir do acesso à obra literária, bem como à mediação da leitura. Sabemos que o ensino não é o objetivo primeiro da educação literária. Contudo, os postulados de Vigotski (2018, 2021) no campo da linguagem, contribuem para assumir a intencionalidade educativa a partir do gesto de mediar. Nesse sentido, acreditamos que a mediação cultural do texto literário tem o potencial de oportunizar: o prazer do texto; a arte como o social em nós; a compreensão das palavras e suas forças enunciativas; a apreciação estética e a ampliação de repertórios (texto imagem; texto palavra); e a fruição como condição de apropriação do texto literário.

Considerando o público em questão, acrescentamos outras intencionalidades, as quais podem parecer banais, contudo, são habilidades que podem ser desenvolvidas a partir e com rituais de leitura, como: o manuseio do livro; o conhecimento sobre a estrutura do texto na língua portuguesa (da esquerda para a direita; de cima para baixo); a tolerância (a voz de quem lê; ao tempo da história; aos estímulos sensoriais e visuais); a função social da escrita; a comunicação; e a interação social.

Olhar para a produção e circulação de literatura para criança com deficiência e a criança autista implica considerar o livro como objeto econômico e cultural. Significa dizer que elas são destinatárias de processos educativos escolares e não escolares, os quais incluem possibilidades de linguagens acessíveis, livros literários em multiformatos e pautados pela mediação de um adulto. Nessa perspectiva, visualizamos a literatura como um tesouro a ser descoberto e explorado por todos e qualquer um.

Considerações finais

Na grande linha do tempo que marca a existência humana no mundo, as narrativas existem porque nos constituímos como seres de linguagens. As reflexões expressas nesta escrita carregam em si a concepção de uma educação inclusiva de qualidade e equidade para todas as crianças que chegam a este mundo em transformação, em uma busca incessante de ações com potencial para a diminuição ou remoção dos obstáculos e barreiras sociais que impedem ou dificultam o exercício pleno de cidadania e, por consequência, invisibilizam vidas.

De tempos em tempos, novos paradigmas são forjados porque as referências antigas deixam de responder às questões e problemáticas atuais. O surgimento dos pressupostos políticos e pedagógicos da acessibilidade, enquanto direitos humanos de última geração, estão articulados com os demais direitos fundamentais.

O nascimento do livro literário ilustrado com AD e pictogramas, bem como outros recursos característicos aos livros multiformatos e acessíveis, é um fenômeno econômico, político e cultural que afeta o mercado editorial e a educação literária em contextos escolares e não escolares.

Pelas lentes da THC e pelo paradigma do modelo social da deficiência, podemos afirmar a relevância e o impacto social da produção, circulação e apreciação de livro literário ilustrado em multiformato como uma resposta da sociedade que busca promover a inclusão e a acessibilidade para todas as pessoas.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- BISOL, Cláudia Alquati; PEGORINI, Nicole Naji; VALENTINI, Carla Beatriz. Pensar a deficiência a partir dos modelos médico, social e pós-social. **Cadernos de Pesquisa**, v. 24, n. 1, jan./abr., p. 87-100, 2017.
- BRASIL, **Programa Nacional do Livro Didático**. Brasília, FNDE/MEC, 2017.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, Senado Federal, 1990.
- BRASIL. **Lei de Acessibilidade**. Brasília: Senado Federal, 2000.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, Senado Federal, 1996.
- BRASIL. **Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil**. MEC/SEB, 2016.
- BRASIL. **Programa Nacional Biblioteca Escolar**. Brasília, FNDE/MEC, 1997.
- CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.
- GESSER, Marivete; MELLO, Anahí Guedes de; BLOCK, Pâmela. **Estudos da deficiência: interseccionalidade, antipacitismo e emancipação social**. Curitiba: CRV, p. 129- 144, 2020.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.
- NICOLAU, Giovanna; GESSER, Marivete; SILVA, Solange Cristina da; ASSIS, Pablo de. **O que é autismo?** Reflexões críticas a partir da neurodiversidade e dos estudos da deficiência. *Revista Educação Especial*. Santa Maria, v. 38, 2025.
- NUNES, Débora Regina de Paula; BARBOSA, João Paulo da Silva; NUNES, Leila Regina de Paula. Comunicação Alternativa para Alunos com Autismo na Escola: uma revisão da literatura. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, 2021.
- ORDINE, Nuccio. **A utilidade do inútil: um manifesto**. Tradução: Carlos Bombassaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- ROCHA, Maira Gomes de Souza; PLETSCHE, Márcia Denise. Comunicação alternativa como instrumento externo de compensação: possibilidades para a aprendizagem de alunos com múltiplas deficiências. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, V. 4, N.1- pág. 174 – 185, 2018.
- VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Problemas da defectologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2021a.
- VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Psicologia, Educação e Desenvolvimento**: Escritos de L.S. Vigotski. São Paulo: Expressão Popular, 2021b.
- VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Sobre os fundamentos da pedagogia**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2018.

Recebido em: 13 de Julho de 2025
Aceito em: 29 de Setembro de 2025